

O mercado de trabalho em Relações Públicas: estudo sobre o cenário da atividade trabalhista formal no Brasil (2013-2018)

The job Market in Public Relations: study on the scenario of formal labor activity in Brazil (2013-2018)

Tiago Costa Martins¹ | [ORCID ID](#)

tiagomartins@unipampa.edu.br

Universidade Federal do Pampa, Brasil

Victor da Silva Oliveira² | [ORCID ID](#)

victorsoliveira@unifesspa.edu.br

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Brasil

Mônica Elisa Dias Pons³ | [ORCID ID](#)

monica@ufsm.br

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Recepción: 09/10/2020 Revisión: 04/12/2020 Aceptación: 22/06/2021 Publicación: 28/06/2021

<http://dx.doi.org/10.5783/RIRP-21-2021-08-145-166>

Resumo

O estudo da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro – FIRJAN⁴ apontou o crescimento da profissão de Relações Públicas no Brasil entre os anos de 2015 e 2017 associado à preocupação das organizações com o entendimento dos consumidores e na promoção e manutenção da imagem (FIRJAN, 2019). A contratação desse tipo de profissional pode ser reconhecida como um custo de investimento intelectual às organizações (Bolaño, 2002), com reflexo direto na atividade trabalhista formal. A partir desses elementos, a presente pesquisa amplia a análise do trabalho em Relações Públicas. Metodologicamente, utiliza-se informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério da Economia (Brasil), numa análise temporal de 2013 até 2018, através da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Logo, a abordagem utilizada fez uso de técnicas quantitativas, mas também qualitativas, sobretudo por meio de pesquisa bibliográfica. As discussões e posterior conclusão do estudo apontam para um panorama específico para a quantidade, os setores de atuação, a dimensão salarial e a possibilidade de perceber algumas transformações na atuação do profissional na economia do Brasil. Os dados coligidos corroboram com a percepção do profissional na ampliação da competitividade e na resolução de conflitos gerados na (re)produção das economias.

¹ Professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Indústria Criativa - mestrado profissional, Universidade Federal do Pampa. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-0927-7148>.

² Professor Adjunto do Curso de Geografia no Instituto de Estudos do Trópico Úmido da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - Unifesspa. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-8061-4269>.

³ Professora Adjunta e Chefe do Departamento de Turismo da Universidade Federal de Santa Maria. Professora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-0935-0168>.

⁴ Os autores agradecem ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela subvenção ao projeto de pesquisa (processo: 425620/2016- 6) e pela concessão de bolsa produtividade em pesquisa (306958/2019-8).

Palavras chave: Trabalho formal, relações públicas, comunicação, emprego, Brasil

Abstract

The study made by the Federation of Industries from Rio de Janeiro – FIRJAN pointed the growth of the Public Relations profession in Brazil between 2015 and 2017 years associated to the concern in organizations with the understanding by the consumers in the promotion and maintenance of the image (FIRJAN, 2019). The hiring of this kind of professional may be recognized as an intellectual investment cost to the organizations (Bolaño, 2002), reflecting directly in the formal labor activity. The study is reflexive to the Public Relations. First, because it says that the growth of the formal labor in Public Relations is connected to the impact in the digitization and experience value of the consumer. It implies in the graduation and qualification of the professionals inside the market. Second, because it takes to discuss the intense structural transformation of the profession: structural; if it is realized the changes in the position of the profession in economic activities and, consequently, in form of constitution of the profession while a know-how technique; intense, if it can be analyzed in time and in the quantity of formal labor constituted by the profession in Brazil. From these elements, the present research broadens the labor analysis in Public Relations. The methodologic approach made in this investigation used the qualitative and quantitative procedures. Qualitative, by the bibliographic review to build the theoretical framework about a paper for and in the economic system, as the occupation particularities of the Public Relations and the recent transformations. Quantitative, the research shows the view of the formal labor of the public relations through de Annual Relation of Social Information from Economic Ministry (Brazil), in a time analysis from 2013 to 2018. It was specifically analyzed the occupation of the Public Relations inside the National Classification of the Economic Activities (CNAE), while there is formal labor in public and private organizations. The study discussions point to a more specific view to quantity, the sectors of actuation, the salary dimension and the possibility to realize some transformation in the professional act in the economy of Brazil. Among 2013 and 2018 almost two thousand jobs were created in the area. In 2013, five sectors corresponded 53% of the occupations (1. Industry of transformation; 2. Administrative activities; 3. Technical and scientific activities; 4. Business and vehicles reparation; 5. Public administration). In 2018, one more time, five sectors corresponded 54% of the occupations (1. Technical and scientific activities; 2. Education; 3. Industry of transformation; 4. Administrative activities; and 5. Other service activities). By the organization side, it was realized that the number public relations bonds are an allocation of the professional sources with the capacity to comprehend and use knowledge pro the organizations. However, this knowledge was not implied in the sectors which generate material products constituted after a process of factory transformation, as it was spread in the conception in the labor value since XVIII and XIX centuries. The growth in number of jobs was in a sector which the final product did not constitute in a material physical good, but in services which effort the ampliation in the competitiveness and conflict resolution generated in (re) production in economy. The public relation professional is, as a fact, part of a group intelligence in service of capitalist accumulation (Bolaño, 2002). The collected data corroborate to the perception of the professional in the broadening of the competitiveness and in the resolution of conflicts generated in the (re) production of the economies.

Keywords: Formal labor, public relations, communication, job, Brazil

Sumário

1. Introdução
2. Marco teórico
 - 2.1 O trabalho no pensamento econômico
 - 2.2 O trabalho de Relações Públicas
3. Metodologia
4. Resultados e discussões
5. Conclusões
6. Referências

Summary

1. Introduction
2. Theoretical Mark
 - 2.1 The job in economic thinking
 - 2.2 The job of the Public Relations
3. Methodology
4. Results and discussions
5. Conclusions
6. References

1. INTRODUÇÃO

Em 2019 a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro – FIRJAN publicou o reconhecido “Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil” (2015-2017), destacando o crescimento das profissões que auxiliam as empresas no entendimento dos consumidores e na promoção e manutenção da imagem organizacional (FIRJAN, 2019). Às Relações Públicas o crescimento entre 2015 e 2017 foi de 13,5%, o que “sinaliza a preocupação das empresas com a promoção e preservação da sua imagem (...). Junto a isso, cresce a necessidade de se comunicar com nichos específicos – facilitado por esses profissionais” (FIRJAN, 2019, p. 16).

O estudo é reflexivo para as Relações Públicas. Primeiro, porque argumenta que o crescimento do trabalho formal em RP está ligado ao impacto da digitalização e da valorização da experiência do consumidor. Isso tem implicações na formação e qualificação dos profissionais para inserção no mercado. Segundo, por que leva a um debate mais amplo de transformação estrutural e intensa da profissão: estrutural; se perceber as mudanças no posicionamento da profissão nas atividades econômicas e, conseqüentemente, na forma de constituição da profissão enquanto um *know-how* técnico; intensa, se conseguir ser

analisada ao longo do tempo e da quantidade de trabalho formal constituído pela profissão no Brasil.

É nessa linha que a presente pesquisa está enquadrada. A premissa é de que a transformação de setores produtivos econômicos, enquanto causa, impulsiona intensas transformações no trabalho formal de determinadas atividades, como consequência. No entanto, importa saber que, como aponta Bolaño (2002), o significado dessa transformação do trabalho e da própria estrutura da classe trabalhadora está na importância nunca antes imaginada para as funções de coordenação e comunicação.

A retórica ensaística até aqui realizada passa, então, a ser problematizada com a seguinte questão: qual é o panorama das Relações Públicas, enquanto trabalho formal, no Brasil ao longo dos anos? Como suporte à pergunta central, algumas indagações complementares serviram de trajetória de investigação, como (i e ii) qual a quantidade e a remuneração do trabalhador de RP?; (iii) houve ampliação e/ou diminuição de oferta de trabalho dentro de cada setor da economia?; (iv) qual a remuneração do profissional de RP no interior dos setores?; (v) quais as variações temporais do número de vínculos de trabalho e das remunerações do RP nos distintos setores da economia?

Em busca das respostas, a pesquisa utiliza as informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério da Economia (Brasil), numa análise temporal de 2013 até 2018. Especificamente, a pesquisa analisa a ocupação de Relações Públicas dentro da Classificação Nacional de Atividades Econômicas. Tem-se assim, um panorama da quantidade de profissionais com trabalho formal, os principais setores de atuação, a dimensão salarial e a possibilidade de acompanhar variações nesses itens mencionados. Fez-se uso de técnicas de clusterização para classificação do trabalho em RP a partir da remuneração e da quantidade de postos de trabalho formal nos diferentes setores da economia (Hair et al, 1998).

Além da abordagem quantitativa, qualitativamente, realizou-se reflexão bibliográfica sobre a posição do trabalho nas atividades econômicas e as nuances em diferentes abordagens, desde as clássicas até as recentes. Não obstante, especificamente sobre a atividade laboral do RP, o mesmo esforço fora realizado por meio de pesquisas recentes sobre o tema e com base em trabalhos de investigadores que o tratam.

Para tanto, o artigo é construído com um breve debate sobre o pensamento econômico e o trabalho. Na sequência articulamos alguns pontos em torno da atuação do profissional de RP e sua dimensão de trabalho. No terceiro tópico relatamos a metodologia empreendida no estudo. No seguinte, apresentamos os resultados e as discussões estabelecidas com a análise. Por fim, concluímos o estudo argumentando alguns elementos do problema de pesquisa que julgamos necessário às Relações Públicas.

2. MARCO TEÓRICO

2.1 O Trabalho no pensamento econômico

Desde o advento da economia clássica, no último quarto do século XVIII, o trabalho é assumido como um dos fatores de produção elementares dentro do sistema capitalista, juntamente com a terra e o capital. Houve – e ainda há – dissonâncias e reconfigurações da sua interpretação e posicionamento no esquema produtivo.

Anteriormente ao surgimento do pensamento clássico na economia, as concepções fisiocratas balizavam a compreensão e as ações de política econômica. No interior desta considerava-se, de acordo com Gide (1942), a produtividade advinda do trabalho restritamente agrícola e das indústrias de caça e pesca, recusando qualquer outra atividade manufatureira.

O fundador da economia política clássica, Adam Smith (1723-1790), em um contexto histórico mercantil, percebeu que não eram as trocas, mas o trabalho a variável central para compreender a riqueza das nações. Na aurora da Revolução Industrial, Smith nota o remanejamento de esforços dos burgueses do período mercantil: deixaram de controlar a circulação de mercadorias para controlar o processo produtivo industrial. Modificava-se, assim, a ideia de riqueza da propriedade fundiária, para a produtiva transformada em capital oriunda do trabalho (Smith, 1983).

Karl Marx (1818 – 1883), criticou a condição de divisão do trabalho proposta por Smith para ampliação da produtividade: a transformação do trabalhador em apêndice das máquinas, exigindo apenas trabalhos simples, rotineiros e de fácil compreensão e assimilação, reduz os

custos do operário apenas ao indispensável para sua sobrevivência, entretanto acaba por tecer outro ser ideal, com limitada capacidade de reflexão (Marx; Engels, 1987).

Seja a partir de concepções liberais ou revolucionárias, passando posteriormente pelas reformistas, há em diversas correntes consenso sobre o peso do trabalho como variável de valor embutido em cada produto/serviço.

Entretanto, algumas correntes negam e/ou relativizam a centralidade do trabalho na economia. Para Menger (1983), o trabalho é retirado totalmente da equação de definição do valor da mercadoria, sendo esse, subjetivo. Para essa corrente, base do pensamento neoliberal, o valor não está no trabalho humano desprendido na transformação, mas sim na crença das pessoas em atribuir utilidade e satisfação para suprir determinada necessidade ou desejo.

Teorias do crescimento econômico, com surgimento a partir de meados do século XX, procuram integrar as condições do trabalho vivo no ato produtivo e na continuidade do processo de valorização (Izerrougene, 2010). Nos modelos de crescimento endógeno, por exemplo, os ciclos são explicados por mudanças tecnológicas ou pelo comportamento do mercado de trabalho e não mais por variáveis nominais, como moeda e inflação.

Entre as várias interpretações econômicas que partem desses pressupostos, cita-se o pensamento de Joseph Schumpeter (1883 – 1950), para quem os avanços econômicos ocorreriam a partir do rompimento de modos tradicionais de produção e organização e a criação de novos (Schumpeter, 1988). O autor outorga a inovação como elemento essencialmente do empresário no interior do processo fabril. A partir das suas contribuições, novas formulações foram tecidas e ampliadas, posicionando-as para além da empresa e do empresário. O ambiente inovador que agrega, entre outros agentes/elementos, o trabalho e o trabalhador foram vistos como cruciais nas respostas criativas de problemas de mercado, qualificando o trabalho como variável central no processo de inovação.

O trabalhador passa a ser protagonista como fator tecnológico e não mais um elemento residual no processo produtivo. Ele é “qualificado quando adquire as condições de intervir na concepção e racionalização do processo de produção, na inovação de produtos, no nível

da circulação da informação e na qualidade do próprio trabalho” (Izerrougene, 2010, p. 695). Situação propícia para ser observada com os trabalhadores de Relações Públicas.

2.2 O trabalho de Relações Públicas

A atividade de Relações Públicas, incipiente em P. T Barnum (1810-1891) e intensa em Edward Bernays (1891-1995), é estabelecida no binômio organização-públicos. Tanto quanto em outras atividades, as Relações Públicas são consequências da racionalização específica do capitalismo moderno, no qual as organizações procuram legitimar as suas ações “na sociedade através do estabelecimento de um modelo de comunicação em que existe reciprocidade de interesses com os seus diferentes públicos, tendo em vista alcançar objetivos previamente definidos” (Martins; Gonçalves, 2015, p. 48).

O processo de racionalização viabilizou a transformação da atividade em profissão constituída por um “ser” e um “fazer” e instituída por modelos conceituais e operativos (Simões, 1995). Tais modelos transitaram por perceber as Relações Públicas enquanto atividade como gestão da comunicação (o profissional enquanto gestor). A partir do ano 2000 um grupo de pesquisadores e profissionais conceitualizaram a prática como gestão dos relacionamentos (Wilcox; *et al*, 2012). Para esta última ideia, as Relações Públicas “são responsáveis por gerir a relação de uma organização com os diferentes actores sociais (...) através da comunicação planificada” (Gonçalves, 2013, p.21).

Há de se reconhecer, com bem apontam Dennis Wilcox, Glen Cameron e Xordi Xifra (2012), que a prática e a filosofia da área são mesclas de modelos entre gerir a comunicação e gerir os relacionamentos de organizações e públicos de interesse. No entanto, Wilcox e outros (2012, p. 61) defendem que as Relações Públicas deveriam ser mais categóricas e que a melhor definição “*es la que afirma que son la dirección estratégica de la competitividad y los conflictos en interés de la organización y, se es posible, también en interés del público*”.

O que leva a competitividade é a disputa de duas ou mais organizações pelos mesmos objetivos, recursos. A concorrência se estabelece pela competição nas vendas, na “fatia” de mercado, nos funcionários e, mais do que tudo, nos lucros; o conflito, por seu turno, ocorre quando dois grupos orientam seus esforços um contra o outro, realizando ações que atacam

o oposto (Wilcox; *et al*, 2012). No entanto, a diferença entre ambos é tênue, sendo uma questão de intensidade e de enfoque

As transformações sociais, culturais, tecnológicas e, fundamentalmente, econômicas acarretam práticas especializadas, racionalmente elaboradas, na gestão do relacionamento estabelecido na competitividade e nos conflitos implicados em tais transformações. Por conseguinte, o profissional de Relações Públicas é um trabalhador qualificado e dotado de condições de intervir nos processos produtivos, na inovação e, fundamentalmente, na troca de informação entre os públicos organizacionais. Para usar o pensamento de Izerrougene (2010, p. 695), sobre o trabalhador: “ele entra na formalização econômica do fator tecnológico e deixa de ser considerado como algo residual”.

Assim, pelo lado do profissional, o RP se enquadra como aquele que “vende” o seu trabalho intelectual como um serviço qualificado e especializado. Reconhecido como um “*Creative service providers*” (Davies; Sigthorsson, 2013), os relações públicas têm como insumo a sua propriedade intelectual (Martins, 2019). Já pelo lado das organizações, dispor desse trabalho intelectual se enquadra naquilo que Bolaño (2002), a partir de Dominique Foray, argumenta como custos de aquisição. Esses custos são os investimentos intelectuais essenciais para constituir uma comunidade de profissionais com capacidade de compreender e de usar o conhecimento em prol da organização (Bolaño, 2002).

Elementos que colocam em jogo situações específicas, a priori, às Relações Públicas: o desenvolvimento de saberes e habilidades para gerir relacionamentos (da competitividade ao conflito), no campo da formação profissional; e a inserção no mercado de trabalho a partir das transformações estruturais da economia, manifesta nos interesses das organizações, provocando uma possível inserção dos relações públicas no campo da atuação profissional. Especificamente é sobre esse último elemento que a presente pesquisa debruça sua análise.

3. METODOLOGIA

A abordagem metodológica assumida nesta investigação fez uso de procedimentos qualitativos e quantitativos. Qualitativos, por meio de revisão bibliográfica apresentada em seção anterior. A seleção de autores primou pela possibilidade de efetiva construção de um

arcabouço teórico sobre o trabalho para e no sistema econômico, assim como as particularidades da ocupação de Relações Públicas e as transformações recentes.

Quantitativamente, para apresentar o panorama do trabalho formal de relações públicas, a pesquisa utilizou a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério da Economia (Brasil), numa análise temporal de 2013 até 2018. Especificamente, analisou-se a ocupação de relações públicas dentro da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), enquanto trabalho formal existente nas organizações públicas e privadas⁵.

As informações da RAIS possibilitam a realização de estudos sobre a realidade do trabalho no país. No entanto, algumas ressalvas devem ser mencionadas com a finalidade de posicionar o esforço aqui realizado e delimitar alguns pontos:

- O primeiro refere-se à informalidade crescente nas relações de trabalho no Brasil. No ano de 2019, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), 41,3% da população ocupada no Brasil realizavam suas atividades com vínculos informais. Número crescente na última década com as novas possibilidades técnicas e jurídicas de relações trabalhistas (Franco; Ferraz, 2019). Assim, vale dizer, as informações disponibilizadas pela RAIS não contemplam vínculos de trabalhos informais. Mesmo assim, nos anos analisados, a RAIS contemplou um total entre 46 e 49,5 milhões de vínculos empregatícios.

- A RAIS, como a gama de possibilidades de tratamento das informações, permitiu a criação de diferentes tabulações. A primeira realizada foi a da ocupação “Relações Públicas”, utilizando a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)⁶. A utilização desse recorte trouxe para a pesquisa a seleção temporal utilizada, sendo o ano de 2018 o mais recente disponibilizado. Já o ano de 2013 fora definido como ponto inicial devido a uma reorganização no CBO. Até 2012 a ocupação “Relações Públicas” congregava atividades que a partir de 2013 ganharam uma classificação própria.

⁵ A RAIS “tem por objetivo o suprimento às necessidades de controle da atividade trabalhista no país, [...]. Outras funções são o provimento de dados para a elaboração de estatísticas do trabalho e a disponibilização de informações do mercado de trabalho às entidades governamentais (Ministério Da Economia, 2020).

⁶ A Classificação Brasileira De Ocupações “Tem por finalidade a identificação das ocupações no mercado de trabalho, para fins classificatórios junto aos registros administrativos e domiciliares” (Ministério da Economia, 2020).

- Com base na ocupação Relações Públicas buscou-se a compreensão de sua distribuição setorial. Foi utilizado a Classificação Nacional de Atividades Econômicas, também disponibilizada pela própria plataforma. A CNAE é “o instrumento de padronização nacional dos códigos de atividade econômica e dos critérios de enquadramento utilizados pelos diversos órgãos da Administração Tributária do país” (Ministério Da Economia, 2020). A pretensão da utilização do CNAE Seção fora em perceber as alterações dos vínculos e valor do trabalho do profissional de relações públicas nas diferentes atividades.

- Realizou-se com a finalidade de refinamento das comparações a obtenção e tabulação dos dados do setor de serviços de modo segregado das outras atividades produtivas. Esse exercício permitiu visualizar em perspectiva a ocupação Relações Públicas não apenas consigo mesma e com o total de vínculos formais, mas com aqueles que guardam natureza semelhante, no caso, o setor terciário.

- Como anunciado anteriormente, o conteúdo de análise sobre o trabalho foram os vínculos – seu número absoluto – e o valor do trabalho. Esse último obtido através da soma de todos os salários pagos e divididos pelo número de vínculos, obtendo uma média dos salários. Para fins de comparação temporal, optou-se por dividir a média pelo salário mínimo do ano em questão, mitigando assim os efeitos inflacionários e potencializando a comparação com o total das atividades econômicas e com os serviços⁷.

- Por fim, para cruzamento dos fatos “vínculos” e “remuneração” e da sua distribuição a partir dos setores da economia (CNAE Seção), foi realizado exercício de clusterização de setores com base em características similares. Este método, segundo Hair et al (1998), consiste em um conjunto de técnicas diversas cujo objetivo central está em agrupar indivíduos (ou variáveis) baseados em características selecionadas para obtenção de uma classificação com traços semelhantes. No caso da pesquisa em tela, foi utilizado o software Microsoft Power BI (2.93.384.0) para criação de quatro clusters a partir das variáveis remuneração do trabalhador em RP e da quantidade de vínculos por setor da economia.

⁷ Foram considerados os seguintes valores para os salários mínimos: 2013: R\$ 678,00, Decreto 7.872/2012; 2014: R\$ 724,00, Decreto 8.166/2013; 2015: R\$ 788,00, Decreto 8.381/2014; 2016: R\$ 880,00, Decreto 8.618/2015; 2017: R\$ 937,00, Decreto 8.948/2016; 2018: R\$ 954,00, Decreto 9.255/2017.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os pressupostos teóricos e metodológicos fornecem os subsídios para apresentar os resultados do trabalho formal em Relações Públicas no Brasil. A tabela 01 demonstra o número pouco expressivo de vínculos do RP em relação ao setor de Serviços e ao total de ocupações (incluso todos os setores), possuindo em 2018 apenas 5.990.

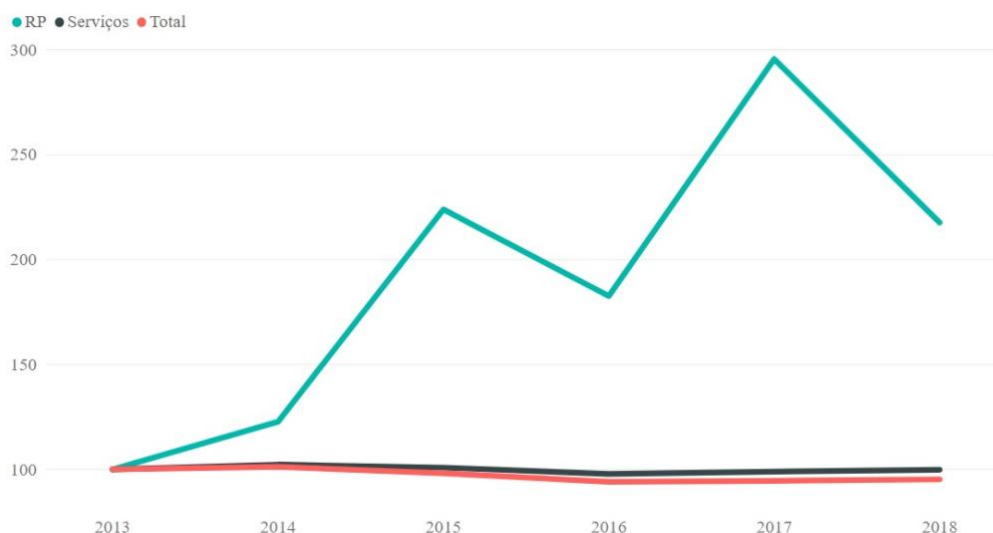
Tabela 1. Número de vínculos de trabalho formal

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
RP	3.902	4.788	5.000	4.809	5.676	5.990
Serviços	35.577.516	36.397.435	35.882.809	34.799.796	35.198.610	35.529.000
Total	48.948.433	49.571.510	48.060.807	46.060.198	46.281.590	46.631.115

Fonte: RAIS (2020). Organizado pelos autores.

No entanto, a variação percentual anual do número de vínculos nas segmentações analisadas, apresenta um movimento distinto da ocupação de RP em paralelo aos demais conjuntos. No espectro temporal analisado, os vínculos de trabalho formal de RP caíram de modo mais intenso durante a crise econômica/política do Brasil entre 2015/2016. Porém respondeu de forma ascendente nos anos subsequentes. Já o conjunto das ocupações de serviços e o mercado de trabalho total não obtiveram recuperação até o ano final analisado.

Ao considerar o ano final da análise, 2018, é verificado um aumento exponencial dos vínculos de trabalho formal de RP, confirmando a perspectiva exposta pela Firjan (2019). O crescimento 2013/2018 de RP foi de 117,7%, enquanto os serviços e o total retraíram 0,14% e 4,73%, respectivamente.

Gráfico 1. Variação indexada anual dos vínculos de trabalho formal (2013 = 100)

Fonte: RAIS (2020). Organizado pelos autores.

Um segundo ponto de análise está em perceber a remuneração do trabalhador de RP, dos Serviços e do conjunto total. Aqui, há um contraste maior entre as médias dos segmentos selecionados em paralelo ao trabalhador de RP. A tabela 02 apresenta a remuneração média em salários mínimos para cada ano analisado.

Tabela 2. Remuneração em Salários Mínimos

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
RP	6,55	6,87	6,62	6,41	6,24	6,46
Serviços	3,10	3,16	3,17	3,05	3,03	3,07
Total	3,06	3,11	3,11	2,99	2,96	3,00

Fonte: RAIS (2020). Organizado pelos autores.

Nota-se que o trabalhador de RP é consideravelmente melhor remunerado no mercado de trabalho que a média dos trabalhadores de serviços e do total. Percentualmente, em 2018 a remuneração de RP foi 110,42% superior as ocupações de serviços e 115,33% ao conjunto total.

A variação comparada entre o ano inicial e final da análise possibilita interpretações distintas para RP e os demais recortes. Em todos os três fora verificada uma queda na remuneração média paga aos trabalhadores. Em RP houve variação negativa de 1,35%, nos serviços 0,97%

e no conjunto total 2,04%. Nos serviços e no total das atividades econômicas a remuneração inferior fora acompanhada de uma diminuição do número de vínculos, o que pode representar a fragilização/crise conjuntural – quiçá estrutural – do mercado de trabalho. No entanto, em RP houve uma situação peculiar: a diminuição da remuneração fora acompanhada do aumento da demanda por trabalhadores, ou seja, ampliou-se o mercado para o RP, porém com remuneração mais baixa.

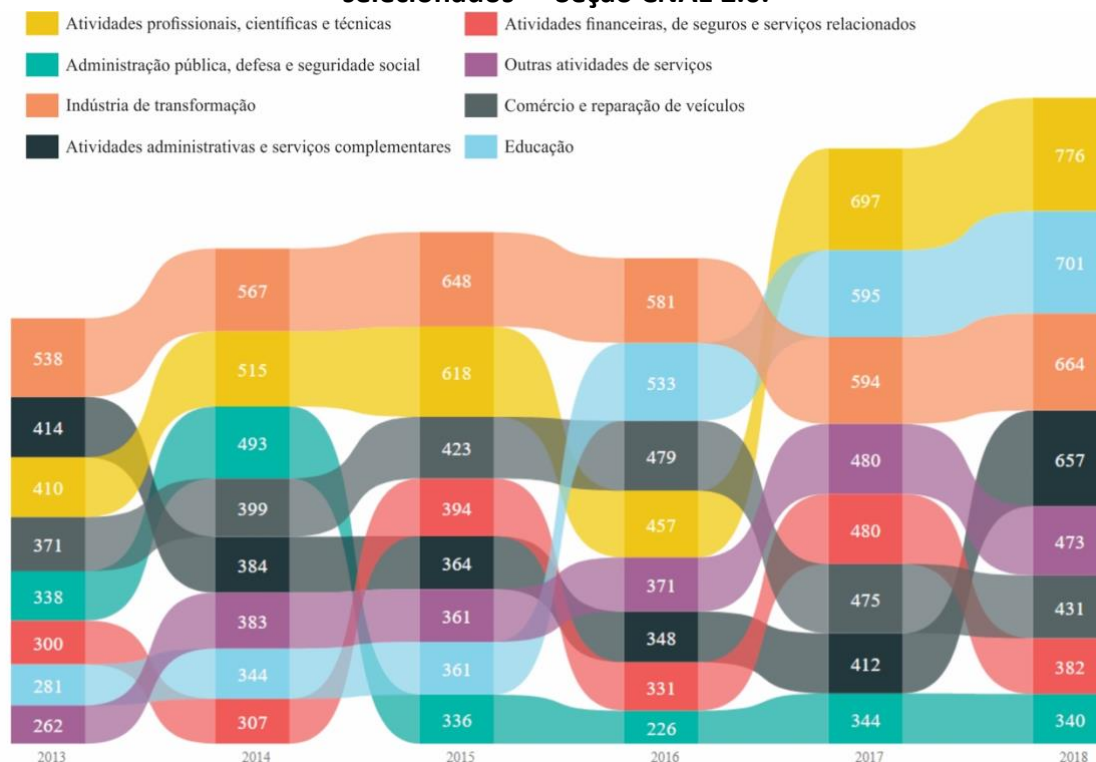
Gráfico 2. Variação indexada anual da remuneração (2013 = 100)



Fonte: RAIS (2020). Organizado pelos autores.

Constatou-se, portanto, o aumento do número de vínculos de trabalho de RP nos anos recentes, assim como a diminuição da remuneração média paga. A partir disso, uma terceira questão levantada na pesquisa foi perceber se houve ampliação e/ou diminuição de oferta de trabalho dentro de cada setor da economia (indústria da transformação, educação, atividades bancárias, dentre outras).

Gráfico 3. Variação e distribuição dos vínculos de ocupação de RP por setores da economia selecionados⁸ – Seção CNAE 2.0.



Fonte: RAIS (2020). Organizado pelos autores.

De modo geral, acompanhando o movimento de crescimento de empregos para RP nos anos analisados, em todos os setores houve ampliação, sobretudo nos oito setores com maior número de vínculos em 2018 (gráfico 03). Há nesta análise situações importantes de mencionar para entender o trabalho de RP no Brasil de 2013 até 2018:

- O ritmo de crescimento de vínculos em RP alterou o posicionamento da oferta por setores. Ocorreu maior oferta de trabalho em setores que outrora tinham menor importância relativa. É o caso do setor de “Atividades profissionais, científicas e técnicas”⁹ que, apesar de não ter o maior crescimento em termos proporcionais, é o setor com maior vínculos de trabalho em 2018.

⁸ Foram selecionados para essa exposição os primeiros 8 setores classificados por número de vínculos em 2018 para percepção da variação desde o ano inicial de análise.

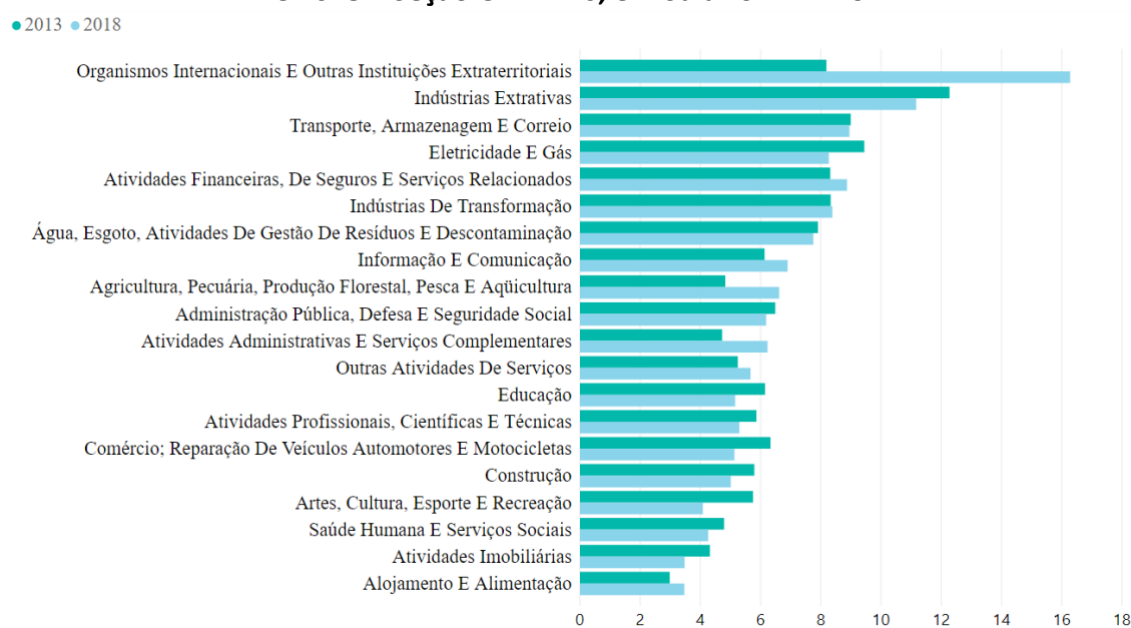
⁹ Setor formado por atividades como: Agências de publicidade, Agenciamento de espaços para publicidade, Criação de estandes para feiras e exposições, Promoção de vendas, Marketing direto, Consultoria em publicidade.

- O maior destaque em termos proporcionais foi o crescimento no setor da “Educação”¹⁰, passando de 281 postos em 2013 para 701 em 2018. Situação que tende a demonstrar a alteração no padrão da oferta de trabalho em RP.

- Dentre os oito primeiros setores da economia de 2018, os dois setores que tiveram crescimento mais tímido foram da “Indústria da transformação” e o da “Administração pública, defesa e seguridade social”.

A quarta questão apontada na pesquisa foi a verificação da remuneração no interior dos setores. Previamente notou-se que, da mesma forma que os vínculos, houve uma distribuição desigual na remuneração do trabalho de RP nas atividades econômicas. O gráfico 04 demonstra, em salários mínimos, os valores pagos ao RP por setor da economia nos anos de 2013 e 2018.

Gráfico 4. Variação da remuneração da ocupação de RP por setores da economia em 2013 e 2018 – Seção CNAE 2.0, em Salário Mínimo



Fonte: RAIS (2020). Organizado pelos autores.

Houve um significativo contraste entre as atividades para o ano de 2018, sobretudo as duas primeiras, “Organismos Internacionais e outras instituições extraterritoriais” e “Indústria Extrativa”. Ambas remuneraram, em média, seus trabalhadores de RP com mais de dez

¹⁰ Formado por: Educação básica, superior, profissional, ensino de artes diversas, ensino de esportes, entre outras modalidades.

salários mínimos. Em contrapartida, quatro setores tiveram vencimentos menores que cinco salários, “Saúde Humana e serviços sociais”, “Artes, cultura, esporte e recreação”, “Atividades imobiliárias” e por fim “Alojamento e alimentação”. Lembra-se, no entanto, que mesmo os últimos colocados se encontram na totalidade com médias superiores as remunerações do setor de serviços e do conjunto geral da economia, como demonstrado na tabela 02.

A quinta questão abordada na pesquisa é uma derivação das variações temporais do número de vínculos de trabalho e das remunerações, assim como da distinção da distribuição por setores da economia. Tais variáveis são trabalhadas de forma cruzada na busca de identificar os setores da economia que possuíram mais vínculos e melhor remuneraram o trabalho, assim como o contrário, organizadas em clusters por similaridade. O quadro 01 sintetiza os quadrantes com as similaridades e os setores que compuseram cada modalidade.

Quadro 1. Quadrantes distributivos a partir do número de vínculos e remuneração média em salários mínimos da ocupação de RP por setores da atividade econômica. 2013 - 2018

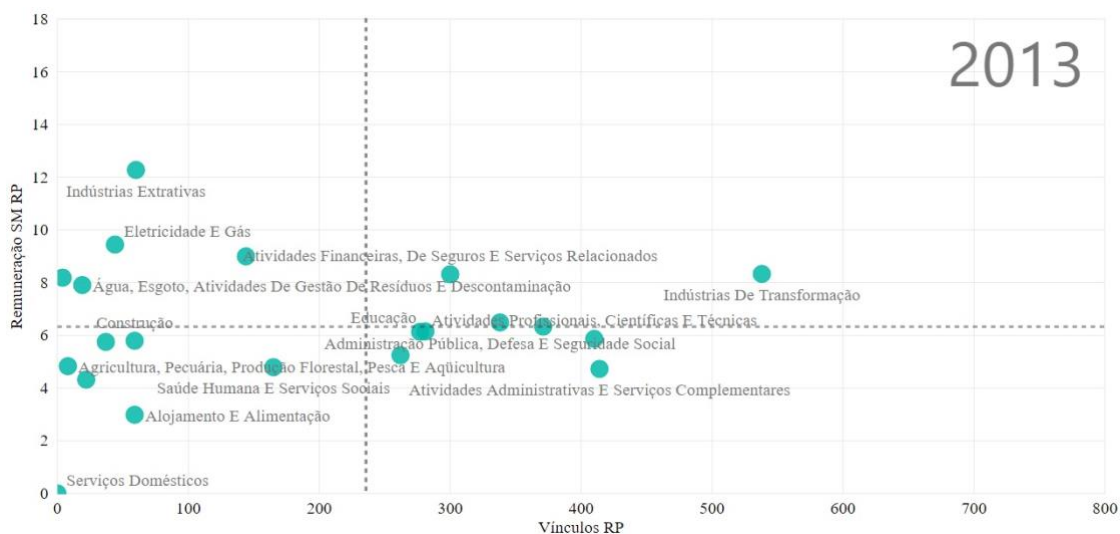
Quadrante	Características de similaridade	Setores componentes 2013	Setores componentes 2018	Média salarial
1	Baixo número de vínculos; Baixa remuneração.	Alojamento e alimentação	Alojamento e alimentação	R\$ 3.663,56
		Artes, cultura, esporte e recreação	Artes, cultura, esporte e recreação	
		Construção	Construção	
		Atividades imobiliárias	Atividades imobiliárias	
		Serviços domésticos	Serviços domésticos	
		Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura		
		Saúde humana e serviços sociais		
2	Elevado número de vínculos; Baixa remuneração.	Informação e comunicação		R\$ 5.224,72
		Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	
		Outras atividades de serviços	Outras atividades de serviços	
		Atividades administrativas e serviços	Atividades administrativas e serviços	

		complementares	complementares	
		Atividades profissionais, científicas e técnicas	Atividades profissionais, científicas e técnicas	
		Educação	Educação	
			Administração pública, defesa e seguridade social	
			Saúde humana e serviços sociais.	
3	Baixo número de vínculos; Elevada remuneração.	Transporte, armazenagem e correio		R\$ 9.798,88
		Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	
		Eletricidade e gás	Eletricidade e gás	
		Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	
		Indústrias extrativas	Indústrias extrativas	
			Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	
4	Elevado número de vínculos; Elevada remuneração.	Administração pública, defesa e seguridade social		R\$7.878,53
		Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	
		Indústrias de transformação	Indústrias de transformação	
			Transporte, armazenagem e correio	
			Informação e comunicação	

Fonte: Produzido pelos autores.

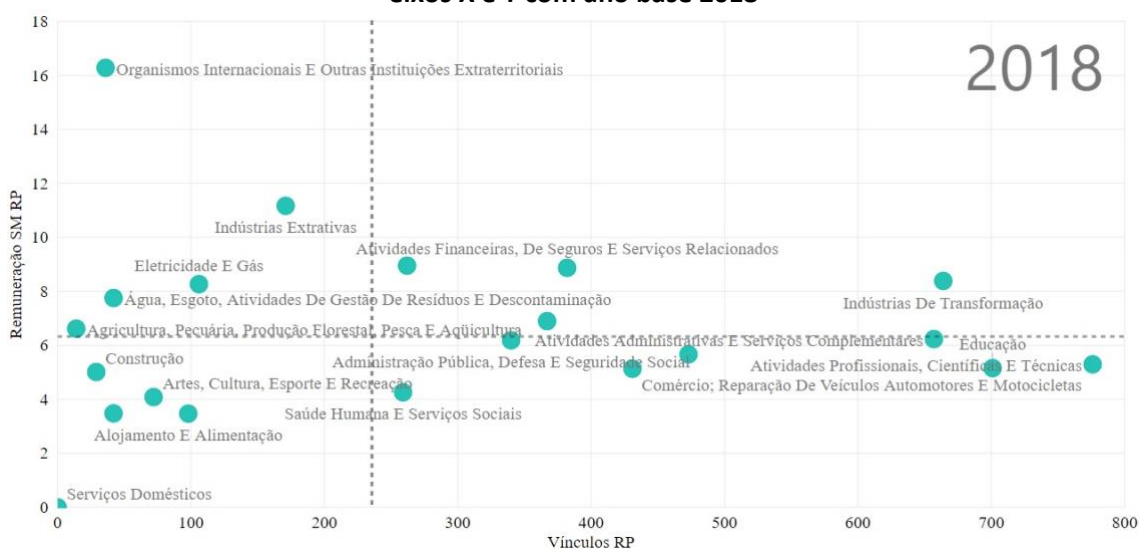
Como apontado anteriormente, há relativa convergência entre as remunerações média paga entre os setores, com exceção de dois com maior proeminência. Assim, o principal fator de diferença entre os padrões fora o número de vínculos. Os gráficos 05 e 06 procuram diagramar a posição de cada setor com a demarcação do seu respectivo quadrante, em 2013 e 2018.

Gráfico 5. Distribuição dos setores da atividade econômica a partir do número de vínculos e remuneração média em salários mínimos da ocupação de RP em 2013. Demarcações médias dos eixos X e Y com ano base 2018



Fonte: RAIS (2020), organizado pelos autores.

Gráfico 6. Distribuição dos setores da atividade econômica a partir do número de vínculos e remuneração média em salários mínimos da ocupação de RP em 2018. Demarcações médias dos eixos X e Y com ano base 2018



Fonte: RAIS (2020), organizado pelos autores.

Os setores do quadrante 4, com as remunerações mais elevadas e mais vínculos, em 2013 eram responsáveis por 30,13% dos vínculos, que passaram a ser 27,96% em 2018. No entanto, os quadrantes que obtiveram maior diferença entre os anos analisados foram o 1 e o 2. No primeiro, o número de setores assim classificados caiu de sete para cinco, e os vínculos, percentualmente sofreram maior queda, de 8,96 em 2013 para 4,02% em 2018, demonstrando a ampliação do número de vagas e/ou remuneração paga em segmentos antes menos acessíveis ao RP.

Porém, foi no quadrante 2 as diferenças mais significativas. Em 2013 seis setores possuíam número de vínculos acima da média, porém com remuneração inferior a média. Em 2018 esse número passou para sete. Todavia, o percentual de crescimento de vínculos inseridos do quadrante dois saltou de 51,65% para 60,71%, ou seja, houve crescimento no número de postos de trabalho em RP, porém com remunerações médias baixas.

5. CONCLUSÕES

A análise do trabalho de Relações Públicas no Brasil evidencia alguns elementos importantes à constituição da profissão. Evidentemente, vale lembrar, tratamos de uma análise para o trabalho formal registrado como Relações Públicas na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério da Economia (Brasil). O que exclui inúmeros profissionais que desempenham a atividade de RP, mas não são reconhecidos (oficialmente) como tal.

No entanto, o estudo da Firjan (2019), que aponta um crescimento da profissão, é confirmado pela análise temporal empreendida na pesquisa. Entre 2013 e 2018 quase dois mil postos de trabalho foram criados na área.

Um segundo ponto está na análise estrutural da profissão nas atividades econômicas. No interior dos setores econômicos com atuação de RPs, há tendências que apontam para uma modificação estrutural com o decréscimo do peso do setor da “Indústria da Transformação” e da “Administração pública, defesa e seguridade social”, sobretudo nesta última. Ambas vêm perdendo peso percentual entre as principais atividades que empregam RPs de modo constante nos últimos anos.

Em contrapartida, o crescimento do número de vínculos gerais vem ocorrendo de modo difuso entre vários setores da economia, com destaque para dois: “Educação” e “Atividades profissionais, científicas e técnicas”. Ambas assumiram as posições principais na oferta de empregos para RPs, porém, esse fato é verificado apenas nos últimos anos da análise, sendo prematuro afirmar uma mudança estrutural. Vale dizer que, no setor das “Atividades profissionais, científicas e técnicas” estão contidas atividades vinculadas a atuação do RP, como agências de publicidade e consultoria em publicidade, como bem apontou a Firjan (2019).

Já pelo lado das organizações se percebeu que o número de vínculos em RP é uma alocação de recursos em profissionais com capacidade de compreender e de usar o conhecimento em prol das organizações. No entanto, tais conhecimentos não foram empregados em setores que geram produtos materiais constituídos após um processo de transformação fabril, como se difundiu na concepção de valor trabalho desde os séculos XVIII e XIX. O crescimento de postos de trabalho foi em setores cujo produto final não se constitui em um bem físico material, mas em serviços que apoiam a ampliação da competitividade e da resolução de conflitos gerados na (re) produção das economias. O profissional de RP é, de fato, parte de uma inteligência coletiva a serviço da acumulação capitalista (Bolaño, 2002).

Uma última consideração surge a partir da concepção de que o trabalho se comporta no sistema econômico vigente como outra mercadoria qualquer, regido por leis de oferta e procura. Ora, as interpretações entre as correntes econômicas são diversas, mas o crescimento dos vínculos em RP e o decréscimo das remunerações médias pode sugerir que a ampliação dos vínculos – oferta de empregos – ocorreria com paralela queda das remunerações, movimento típico quando amplia-se a oferta.

Porém, posicionando o trabalho no centro da equação, a ampliação da demanda por RP no Brasil (2013-2018) – deveria ser acompanhada do aumento do preço da mercadoria, ou seja, dos salários pagos. No entanto, esse fato não acontece e essa pesquisa não traz informações suficientes para explicar tal fenômeno. Mas, a partir das leis de mercado, uma hipótese possível de ser verificada – acredita-se confirmada – para a ampliação da demanda não ser acompanhada pelo aumento do preço do trabalho em RP deve-se pela ampla oferta de profissionais ociosos no mercado de trabalho brasileiro. Fato que tende a segurar os preços em linhas mais baixas. Eis então, que tais compreensões apontam, sim, uma transformação conjuntural que deve ser monitorada para compreender sua real significância para o trabalho em RP.

Por fim, a partir deste estudo inicial, pode-se ainda vislumbrar outras análises, tais como, comparar o número de egressos dos cursos de RPs com o número de contratações, para verificar a empregabilidade; evolução salarial comparada com outros profissionais da área da Comunicação, para ver se tem efeitos de aumento ou decréscimo temporal dos ganhos dos profissionais de RP, entre outras proposições. Ou seja, verifica-se a

necessidade/possibilidade de mais pesquisas para uma compreensão mais profunda do fenômeno.

6. REFERÊNCIAS

BOLAÑO, C. R. S. (2002). Trabalho Intelectual, Comunicação e Capitalismo: a reconfiguração do fator subjetivo na atual reestruturação produtiva. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política-SEP*, 11, 79-102.

DAVIES, R., SIGTHORSSON, G. (2013). *Introducing the Creative Industries: From Theory to Practice*. Londres: SAGE Publications Ltd. 280p.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). (2019). *Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil. Estudos e Pesquisas*. FIRJAN: Rio de Janeiro.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). (2016). Indústria 4.0: Panorama da Inovação. Acesso em 27 de março de 2020, em <http://www.firjan.com.br/publicacoes/publicacoes-de-inovacao/industria-4-0-1>

FRANCO, D. S., FERRAZ, D. L. S. (2019). Uberização do trabalho e acumulação capitalista. *Cadernos EBAPE.BR*, 17. <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395176936>

GUIDE, C. (1942). *Compendio D'economia Política*. Porto Alegre: Globo RS.

GONÇALVES, G. (2013). *Ética das Relações Públicas*. Coimbra: Minerva Coimbra.

HAIR, J. F. Jr., ANDERSON, R. E., TATHAM, R.L., BLACK, W.C. (1998), *Multivariate Data Analysis*. 5 ed. New Jersey: Upper Saddle River.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (2019). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Acesso em março de 2020, em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>

IZERROUGENE, B. (2010). A relação capital-trabalho na economia do conhecimento. *Revista de Economia Política*, 30 (4), 687-705.

Ministério da Economia. (2013) Classificação Nacional de Atividades Econômicas. Acesso em março de 2020, em <http://receita.economia.gov.br/orientacao/tributaria/cadastros/cadastro-nacional-de-pessoas-juridicas-cnpj/classificacao-nacional-de-atividades-economicas-2013-cnae/apresentacao>.

Ministério da Economia (2020). Classificação Brasileira das Ocupações. Acesso em março de 2020, em <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/home.jsf>.

MARTINS, T. C. (2019). O “lugar” das Relações Públicas na Indústria Criativa. *Revista Interamericana de Comunicação Midiática - Animus*, 18 (36), 302-316. <https://doi.org/10.5902/2175497732684>

MARTINS, T. C., GONÇALVES, G. (2015). Articulações conceituais entre Max Weber e a teoria da excelência nas relações públicas, em Moreira, E. H. et al. (org.). *Organização, mídia e mercado: perspectivas teóricas e empíricas de estratégias midiáticas e mercadológicas de comunicação organizacional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

MARX, K., ENGELS, F. (1987). *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec.

MENGER, C. (1983). *Princípios de Economia Política*. São Paulo: Abril.

Relação Anual de Informações Sociais - RAIS (2020) Classificação Nacional de Atividades Econômicas. Acesso em março de 2020, em <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>

SCHUMPETER, J. A. (1988). *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. Traduzido por Maria Sílvia Possas. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural.

SIMÕES, R. P. (1995). *Relações Públicas: Função Política*. São Paulo: Summus.

SMITH, A. (1983). *A riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril cultural.

SCHWAB, K. (2016). *A quarta revolução industrial*. São Paulo: Edipro.

WILCOX, D. et al. (2012). *Relaciones Públicas: estrategias y tácticas*. Madrid: Pearson.

Forma de citar este artículo:

MARTINS, T. C.; OLIVEIRA, V DA S. Y PONS, M. E. D. (2021). O mercado de trabalho em Relações Públicas: estudo sobre o cenário da atividade trabalhista formal no Brasil (2013-2018). *Revista Internacional de Relaciones Públicas*, Vol. XI, Nº 21, 145-166. Recuperado el ___ de _____ de _____, de <http://dx.doi.org/10.5783/RIRP-21-2021-08-145-166>